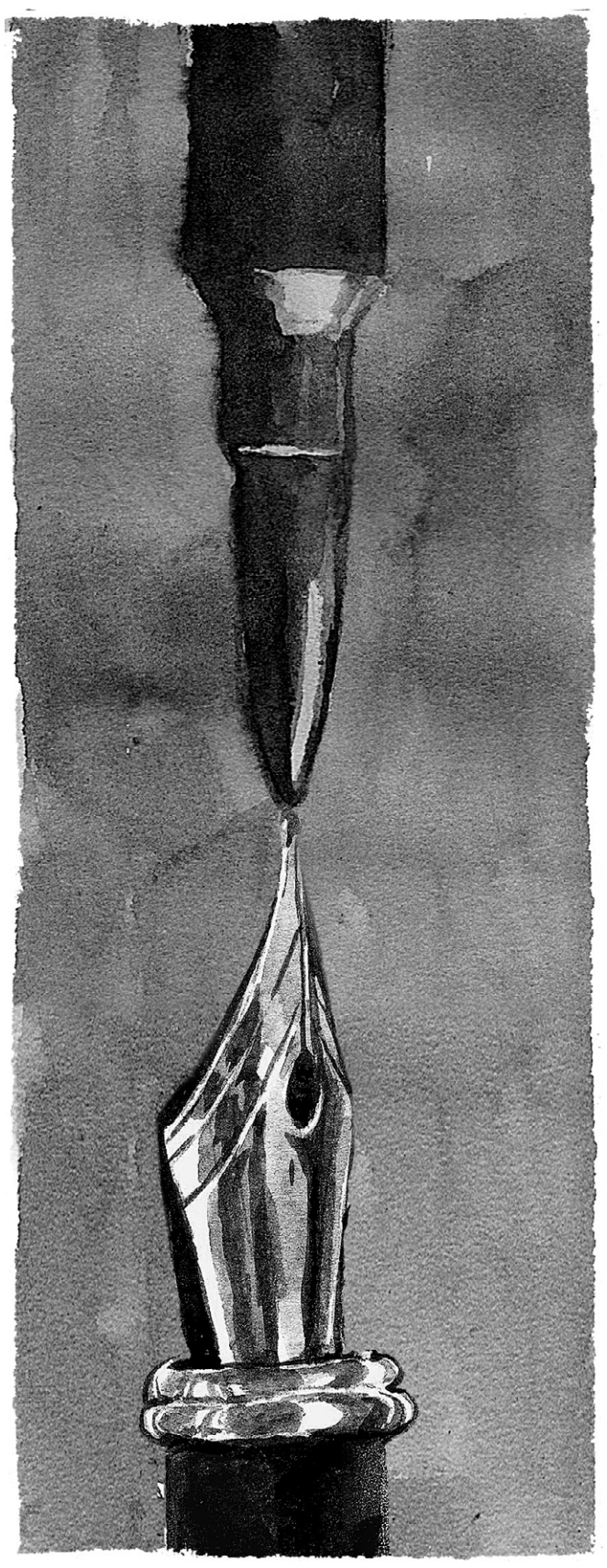
A transição que deu certo

» OTÁVIO SANTANA DO REGO BARROS
General de Divisão da Reserva, foi chefe do Centro de Comunicação Social do Exército



Em 1987, o professor Gilberto Dupas estudava a transição espanhola do regime franquista para a democracia plena e, entusiasmado com o que vira naquele país, resolveu organizar um livro com artigos de sociólogos, historiadores, políticos e economistas, para dissecar a jornada.

A obra *A transição que deu certo* (Trajetória Cultural, 1989) foi o resultado do desafio que se impôs Dupas. Adolfo Suárez, ex-presidente daquele país, prefaciou o trabalho, enquanto o então senador Fernando Henrique Cardoso o apresentava.

Impossível não fazer comparações entre os processos desencadeados pela Espanha e pelo Brasil. Esses países viviam a consolidação do regime democrático após períodos de governos militares e tateavam na busca do melhor caminho para o atingimento da estabilidade política geradora de todas as outras estabilidades.

Suárez relatou que a transição espanhola foi um projeto político com claro e manifesto objetivo de instaurar na Espanha uma democracia constitucional pluralista. Dividida entre dois grupos antagônicos: os que desejavam a continuidade do regime anterior e os que tentavam anular tudo o que existia e começar do zero, o país sabia ser impossível um resultado satisfatório diante do maniqueísmo que se forjara.

Ao fim, por competência e humildade política de seus próceres, os extremos foram vencidos e construiu-se uma programação em três fases que incluía uma reforma política, um compromisso constitucional e uma política de consenso.

Na reforma política, os espanhóis assumiram a sua história pretérita, com os erros e os acertos, comprometendo-se a não buscar responsáveis, nem se refugiar em interpretações que proclamavam o armagedon entre o bem e o mal. Suárez destacou que a democracia na Espanha foi possível, porque antes eles tornaram possível a liberdade e, com a liberdade, o acordo entre grupos políticos. Quanto ao compromisso constitucional, o arranjo foi consequência de um entendimento geral e amplificado, resultando, portanto, em uma Carta redigida e firmada a muitas mãos.

Por fim, a política de consenso precisou superar não só as desavenças ideológicas, mas também o fosso econômico que separava ricos e pobres, guardando equilíbrio entre a pressão social, as exigências da mudança política e a própria responsabilidade por governar.

O Pacto de Moncloa, firmado em junho de 1977, foi uma construção política coordenada pelo próprio Adolfo Suárez, que permitiu a partidos, antes visceralmente contrários, tomarem assento em torno de mesas de negociação e deliberarem responsavelmente sobre o desafio de tornar a Espanha viável após a morte de Franco.

Já Fernando Henrique Cardoso, em seus comentários sobre a obra, destacou que as dificuldades espanholas para a transição foram muito maiores que as brasileiras. O êxito foi resultado da elevada capacidade das lideranças inovadoras em encontrar soluções onde antes apenas divergências persistiam.

A caminhada não foi sem sobressalto. Mudanças políticas bruscas foram necessárias. A desilusão algumas vezes tomou conta das pessoas. Atos de sublevação militar foram contidos e punidos. Acordos internacionais assegurados. E a monarquia, incialmente contestada, teve no rei Juan Carlos ator maior de sua legitimação.

Quarenta anos depois, mesmo diante dos desafios que o século 21 incorporou à dinâmica política, militar, econômica e psicossocial da Europa, a Espanha continua sendo uma referência de país estável. Para o Brasil de agora, o maior exemplo do processo vivido pelos espanhóis é a política de consenso.

Franquistas, comunistas, socialistas, liberais, conservadores, militares e religiosos, juntos, pavimentaram a estrada para o futuro. De Castela nasce a esperança à Terra Brasilis. É imperativo combater a irracionalidade criada por agrupações fdalgais antolhadas.

O nós contra eles defendido no radicalismo dos grupos radicais suga a energia necessária de que o país precisa para atravessar a borrasca e alcançar o porto do bem-estar e paz sociais.

Não tivemos um Pacto de Moncloa claramente firmado, mas avançamos bem com nossos acordos após o governo militar. Entretanto, nos últimos anos, parece que voltamos à linha de partida como se a nossa transição tivesse sido inconclusa.

Um Suárez, um González, um Juan também podem emergir nestes tempos sectários de nossa política. Seriam novos gestores portadores de novas ideias.

Enquanto eles não se estabelecem, a sociedade em geral precisa olvidar as desavenças, os revanchismos e os interesses funestos na hora de discutir o futuro do país.

Capitalismo e meio ambiente

» RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA
Advogado, é presidente da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ)

Quem pensa em meio ambiente sem pensar no social ou no econômico corre o risco de ser utópico ou ingênuo, pois o sucesso de uma política ambiental passa necessariamente pelo social e pelo econômico. Sem emprego e renda é impossível preservar o meio ambiente. Negócios e preservação ambiental precisam andar de mãos dadas.

A preservação ambiental no Brasil depende do setor privado, que dispõe de tecnologia, dinamismo e recursos para investir em projetos ambientais. Conservar o meio ambiente gera lucros e impactos positivos para as empresas aumentando reputação e credibilidade.

Acabo de ler o inteligente livro de Marcus Peçanha (*Conexão — Capitalismo e meio ambiente*), que afirma com acerto que os governos trabalham com orçamentos cada vez mais apertados com prioridades para os gastos sociais. A iniciativa privada tem recursos e disposição para investir, o que não acontece com todos os outros setores da economia.

Ainda que o governo tivesse recursos, não tem agilidade de planejamento e execução. A iniciativa privada, para investir, não está sujeita a legislações, não presta contas para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para a CGU. Portanto, a iniciativa privada tem muito mais liberdade e dinamismo do que o governo.

Além de ter recursos, a iniciativa privada está sendo pressionada a investir porque os indicadores serão mais cobrados na questão do ESG (termo em inglês para meio ambiente, social e governança). Os fundos de investimento, os bancos, as instituições de fomento e até os bancos públicos, como o BNDES, estão evitando investir em empresas que não têm bons indicadores no que tange ao ESG.

Assim, as empresas buscam solidificar sua política nesse aspecto para manterem acesso não apenas ao mercado consumidor, mas também ao capital mais barato. Assim como os governos, nos três níveis — municipal, estadual ou federal — precisam da iniciativa privada para preservar o meio ambiente, a iniciativa privada precisa dos governos para fazer projetos ambientais escaláveis e com bons indicadores. E as parcerias são inexoráveis e devem avançar muito nos próximos anos.

O que será construído e gerará retorno serão modelos de concessões que englobem também variáveis como créditos de carbono e pagamentos por serviços ambientais. Em um futuro próximo, o acionista que operar uma concessão verá o quanto de carbono e de biodiversidade está resgatando, o quanto de sociedades tradicionais está ajudando. E irá ao mercado rentabilizar seus investimentos, por meio de vendas de crédito de carbono ou da venda de serviços ambientais.

Outro bom exemplo de PPP é a agenda de qualidade ambiental urbana. Pode-se conceder à iniciativa privada a reciclagem do lixo. O modelo das PPPs configura o que de melhor existe no momento. É um instrumento de mercado que traz consigo riscos. No caso do meio ambiente, ainda está, em alguns casos, sendo maturado e haverá um processo de calibragem e consolidação. Mas podemos afirmar, sem sombra de dúvidas, que o modelo mais adequado que já apareceu para a preservação ambiental é esse.

Mercado e trabalho precisarão fazer aperfeiçoamentos em razão da dependência mútua, e a melhor ferramenta é a mensuração de indicadores. Marcus Peçanha menciona os erros que devem ser evitados no processo, bem como ensina como as empresas podem acessar o mercado de créditos de carbono e também como o combate ao desmatamento pode ser bom negócio para a iniciativa privada. O livro do jovem consultor e empreendedor em ESG é de leitura agradável e oportuna. Revela com precisão a conexão capitalismo e meio ambiente.

PL do Ouro: vitória cercada de desafios

» ECIO MORAIS
Economista e diretor executivo do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais (IBGM)

A mineração de ouro é uma atividade que possui expressiva importância econômica e histórica para o Brasil. Somos hoje o 14° maior produtor de ouro do mundo, com mais de 100 toneladas ao ano. E esse é um metal fundamental para movimentar o setor joalheiro: apenas em 2022 foram US$ 5,5 bilhões em exportações, um mercado que gera mais de 271 mil empregos diretos e indiretos em todo o país.

Apesar de toda essa pujança, a falta de regulamentação adequada sempre foi uma fragilidade do setor. Nesse contexto, o Projeto de Lei (PL) do Ouro, encaminhado ao Congresso Federal pelo Executivo, traz importantes mudanças para um setor que, há décadas, padece de problemas sistêmicos. Tais dificuldades só podem ser efetivamente combatidas com um arcabouço de leis moderno e eficiente, a fim de estabelecer diretrizes claras para a atividade, promovendo a sustentabilidade e o desenvolvimento setorial.

A proposta principal do PL gira em torno da regulamentação da compra, venda e transporte do ouro em todo o país. Em seu conteúdo, o PL inclui dois antigos pleitos do setor joalheiro: ele reforça a instituição da Nota Fiscal Eletrônica e propõe o fim da presunção de boa-fé, que tinham sido estabelecidos anteriormente, mas careciam de um instrumento legislativo específico.

Embora seja uma vitória para o setor, ainda temos uma série de desafios a serem superados. Um dos principais é o das competências e da estrutura da Agência Nacional de Mineração (ANM) . Em primeiro lugar, é importante ressaltar que o PL apresentado expande as funções da agência, o que é algo positivo. Entram no rol de responsabilidades do órgão nove novas atribuições que garantem maior segurança para a extração responsável de minérios no país, entre elas a rastreabilidade, a marcação física e a fiscalização da custódia e do transporte do ouro das regiões do garimpo até as DTVMs, que por lei são as entidades que podem adquirir o ouro proveniente dos garimpos.

Apesar de esse movimento ser um importante avanço, é preciso ficar atento a uma realidade que, há anos, vem contribuindo para o agravamento da extração ilegal de ouro no Brasil: o desmantelamento da ANM. Desde 2019, a agência perdeu mais da metade do seu corpo técnico e de fiscalização, movimento natural em qualquer organização, mas que não foi seguido de contratações que mantivessem a capacidade de atuação da agência.

Além disso, a ANM vive um momento de severo contingenciamento de recursos, que também contribui para que a agência não consiga desempenhar suas funções. Em 2022, o país arrecadou pouco mais de R$ 7 bilhões da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem), contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico dos recursos minerais. Por lei, 7% desse total deveria ser destinado para a ANM, o que equivaleria a uma receita de R$ 491 milhões. Apesar disso, o órgão recebeu o repasse de R$ 53 milhões, apenas 10% do total que deveria ter entrado em seus cofres.

Esses dois problemas acabaram por enfraquecer o poder de fiscalização da ANM e contribuíram para que o Brasil chegasse ao momento atual, em que um setor importante para a economia do país tem sido visto como vilão de questões sociais e ambientais, ainda que seus membros estejam comprometidos com a adoção de práticas responsáveis.

Como entidade do setor, o IBGM apoia as medidas contidas no PL do Ouro, que vai trazer mais segurança e modernidade para a cadeia da mineração no Brasil e promover o desenvolvimento do nosso mercado. Mas é fundamental que uma nova legislação para o setor venha acompanhada de medidas que garantam que o poder público possa exercer suas atividades da maneira mais adequada aos desafios a que se propõe. Estamos otimistas com os horizontes que se abrem com o projeto de lei mas, ao mesmo tempo, criteriosos com as condições que se apresentam para esse novo momento.

Sem uma agência reguladora robusta, dotada de recursos financeiros e humanos adequados para a implementação das políticas públicas, a regulação, a fiscalização, o combate ao garimpo ilegal e o desenvolvimento sustentável do setor permanecerão reféns de uma realidade que há décadas tem gerado enormes problemas para o país.